



Quadro normativo de referência para inscrição de pessoas físicas no CTF/AIDA

O Centro Nacional de Informações Ambientais – CNIA disponibiliza consulta das normas ambientais infralegais do Ibama, entre outras, e respectiva situação de vigência, por meio da [Biblioteca Digital de Meio Ambiente](#).

Considere que:

- i) a inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA possui caráter obrigatório, sendo a inscrição sujeita à fiscalização pelo Ibama e pelos demais órgãos atuantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- ii) [a inscrição de pessoa física no CTF/AIDA](#) é não onerosa e tem validade de 2 (dois) anos, renováveis por iniciativa da pessoa inscrita;
- iii) a inscrição e respectiva renovação são realizadas *exclusivamente* pela rede mundial de computadores;
- iv) a inscrição no CTF/AIDA *não* substitui a inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, quando também exigida;
- v) a declaração e modificação de dados básicos aproveita-se a ambos os Cadastros;
- vi) para as pessoas inscritas em mais de um Cadastro, a emissão de Certificado de Regularidade é conjunta;
- vii) o Certificado de Regularidade é passível de emissão exclusivamente para as pessoas que declarem uma ou mais ocupações e respectivas áreas de atividades.

Considere que a inscrição de pessoa física no CTF/AIDA, mediante documento de identificação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, nos termos da Lei nº 6.206, 7 de maio de 1975, importa em declaração, perante a Administração Ambiental Federal, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelos respectivos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Considere que o CTF/AIDA é autodeclaratório, sendo os dados declarados sujeitos à auditoria pelo Ibama.

Considere, ainda, que o CTF/AIDA sujeita-se à fiscalização plena e exclusiva dos Conselhos de Fiscalização Profissional, quanto ao exercício profissional e quanto à responsabilidade técnica.

Consulte o quadro normativo de referência a seguir, para fins de análise de requisitos legais quanto à exigibilidade de inscrição de pessoa física e quanto à exigibilidade de responsabilidade técnica (pessoa física e jurídica), no âmbito do CTF/AIDA.

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Brasil. Poder Executivo	Decreto nº 20.377, de 8 de setembro de 1931	Aprova a regulamentação do exercício da profissão farmacêutica no Brasil.	Art. 1º; art. 2º.	DO 14/09/1931
Brasil. Poder Executivo	Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933	Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor.	Art. 1º, art. 18º.	DO 16/12/1933 CLBR 31/12/1933
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951	Dispõe sobre a profissão de Economista.	Art. 1º; art. 6º; art. 15; art. 16.	DOU 18/08/1951
Brasil. -	Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955	Regula o exercício da enfermagem profissional.	Art. 2º.	DOFC 21/09/1955
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de Químico, e dá outras providências.	Art. 2º, § 2º, “c”; art. 27.	DOU 25/06/1956
Brasil. -	Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957	Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.	Art. 2º.	DOFC 01/10/1957
Conselho Federal de Medicina	Resolução CFM nº 3, de 17 de dezembro de 1957	Uniformiza a confecção da “Carteira Profissional” de identidade de médico.	Todos.	DOU 21/01/1958
Conselho Federal de Química	Resolução Normativa nº 12, de 20 de outubro de 1959	Dispõe sobre Responsabilidade Técnica.	Art. 1º, §§ 1º e 2º.	DOU 31/10/1959
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências.	Art. 22; art. 24.	DOFC 21/11/1960

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962	Regula o exercício da profissão de Geólogo.	Art. 1º; art. 4º; art. 6º; art. 7º.	DOFC 27/06/1962
Brasil. Poder Legislativo	Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965	Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Art. 2º, art. 3º, art. 6º; art. 7º.	DOU 13/09/1965
Brasil. -	Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966	Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.	Art. 1º, art. 2º; art. 3º; art. 4º; art. 5º; art. 24.	DOU 27/12/1966
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968	Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.	Art. 3º; art. 7º.	DOU 25/10/1968
Brasil. Poder Executivo	Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968	Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista.	Art. 4º.	DOU 05/12/1968
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973	Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	Todos.	DOU 31/07/1973
Brasil. Poder Executivo	Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.	Art. 1º; art. 15, II, IV, VII.	DOU 13/07/1973
Brasil. -	Lei nº 6.206, 7 de maio de 1975	Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.	Todos.	DOU 08/05/1975
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 235, de 9 de outubro de 1975	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Produção.	Todos.	DOU 30/10/1975
Conselho Federal de Engenharia e	Resolução nº 241, de 31 de julho de 1976	Discrimina as atividades profissionais de Engenheiro de Materiais.	Todos.	DOU 18/08/1976

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Agronomia				
Brasil. -	Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977	Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma mútua de assistência profissional; e dá outras providências.	Art. 1º; art. 2º, § 1º; art. 3º.	DOFC 09/12/1977
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 256, de 27 de maio de 1978	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro Agrícola.	Todos.	DOU 16/06/1978
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979	Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências.	Art. 2º; art. 3º; art. 6º; art. 7º.	DOU 27/06/1979
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979	Regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências.	Art. 1º, art. 2º; art. 3º; art. 4º; art. 5º; art. 6º; art. 20.	DOFC 04/09/1979
Conselho Federal de Medicina	Resolução CFM nº 997, de 23 de maio de 1980	Cria, nos Conselhos Regionais de Medicina e no Conselho Federal de Medicina, os Cadastros Regionais e o Cadastro Central dos Estabelecimentos de Saúde de direção médica, respectivamente, com a finalidade de propiciar melhores condições ao desempenho da ação fiscalizadora de competência daqueles órgãos.	Art. 2º; art. 10; art. 11.	DOFC 24/06/1980
Brasil. -	Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980	Dispõe sobre o registro de empresas nas Entidades Fiscalizadoras do Exercício de Profissões.	Art. 1º.	DOFC 03/11/1980
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 6.888, de 10 dezembro de 1980	Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências.	Art. 1º; art. 2º.	DOU 11/12/1980

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Brasil. Poder Executivo	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Art. 9º, VIII; art. 17, I.	DOFC 02/09/1981
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 279, de 15 de junho de 1983	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Pesca.	Todos.	DOU 17/06/1983
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 288, de 7 de dezembro de 1983	Designa o título e fixa as atribuições das novas habilitações em Engenharia de Produção e Engenharia Industrial.	Todos.	DOU 16/12/1983
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985	Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências.	Art. 1º; art. 3º.	DOU 28/11/1985
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.	Art. 1º, art. 2º; 6º, I, "c".	DOU 17/02/1986
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 308, de 21 de março de 1986	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro Químico - Modalidade Têxtil.	Todos.	DOU 18/04/1986
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.	Art. 2º.	DOFC 26/06/1986
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 310, de 23 de julho de 1986	Discrimina as atividades do Engenheiro Sanitarista.	Todos.	DOU 15/08/1986
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 313, de 26 de setembro de 1986	Dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização	Todos.	DOU 08/10/1986

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Agronomia		instituídas pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e dá outras providências.		
Conselho Federal de Biomedicina	de Resolução nº 4, de 1º de outubro de 1986	Dá nova redação à Resolução nº 1, de 1986.	Todos.	DOU 02/10/1986
Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA	do - Resolução nº 1, de 16 de março de 1988	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.	Todos.	DOU 15/06/1988
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	de e Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989	Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	Art. 1º.	DOU 16/11/1989
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	de e Resolução nº 345, de 27 de julho de 1990	Dispõe quanto ao exercício por profissional de Nível Superior das atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia.	Todos.	DOU 02/08/1990
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	de e Resolução nº 359, de 31 de julho de 1991	Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho e dá outras providências.	Todos.	DOU 01/11/1991
Conselho Federal de Medicina Veterinária	de Resolução nº 582, de 11 de dezembro de 1991	Dispõe sobre responsabilidade profissional (técnica) e dá outras providências.	Art. 1º; art. 2º.	DOU 30/01/1992
Conselho Federal de Química	de Resolução Normativa nº 133, de 26 de junho de 1992	Complementa a Resolução Normativa nº 12, de 20 de outubro de 1959, do Conselho Federal de Química.	Art. 1º; art. 3º.	DOU 03/07/1992
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 17, de 22 de outubro de 1993	Dispõe sobre normas e procedimentos para a concessão do título de Especialista em Áreas das Ciências Biológicas.	Art. 1º; Anexo.	DOU 29/10/1993

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 380, de 17 de dezembro de 1993	Discrimina as atribuições provisórias dos Engenheiros de Computação ou Engenheiros Eletricistas com ênfase em Computação e dá outras providências.	Todos.	DOU 06/01/1994
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	Art. 3º; art. 68, art. 69; art. 69-A; art. 70.	DOFC 13/02/1998
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 427, de 5 de março de 1999	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Controle e Automação.	Todos.	DOU 07/05/1999
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 447, de 22 de setembro de 2000	Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro ambiental e discrimina suas atividades profissionais.	Todos.	DOU 13/10/2000
Conselho Federal de Medicina Veterinária	Resolução nº 683, de 16 de março de 2001	Institui a regulamentação para concessão da “Anotação de Responsabilidade Técnica” no âmbito de serviços inerentes à Profissão de Médico Veterinário.	Art. 1º.	DOU 28/03/2001
Conselho Federal de Biomedicina	Resolução nº 78, de 29 de abril de 2002¹	Dispõe sobre o Ato Profissional Biomédico, fixa o campo de atividade do Biomédico e cria normas de Responsabilidade Técnica.	Art. 11.	DOU 24/05/2002
Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego.	Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002	Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.	Todos.	DOU 10/10/2002
Conselho Federal de Biologia	Resolução CFBio nº 10, de 05 de julho de 2003	Dispõe sobre as Atividades, Áreas e Subáreas do Conhecimento do Biólogo.	Todos.	DOU 21/08/2003

1 Alterada pela [Resolução nº 227, de 07 de maio de 2013](#).

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 11, de 05 de julho de 2003	Dispõe sobre a regulamentação para “Anotação de Responsabilidade Técnica - ART” por atividade profissional no âmbito das atividades inerentes à Profissão de Biólogo.	Art. 1º; art. 2º.	DOU 26/08/2003
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 13, de 19 de agosto de 2003	Dispõe sobre a Obrigatoriedade do Uso do Número de Inscrição no CRBio pelos Biólogos conjuntamente com a sua Assinatura na Identificação de seus Trabalhos.	Todos	DOU 04/09/2003
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	e Resolução nº 1007, de 5 de dezembro de 2003 ²	Dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.	Todos.	DOU 16/12/2003
Conselho Federal de Economia	de Resolução nº 1.727, de 10 de setembro de 2004	Especifica atividades desempenhadas pelo Economista e relativas ao Meio Ambiente.	Anexo III, Seção 2.	DOU 15/10/2004
Conselho Federal de Química	de Resolução Normativa nº 198, de 17 de dezembro de 2004	Define as modalidades profissionais na área da Química.	Todos.	DOU 22/12/2004
Conselho Federal de Enfermagem	de Resolução nº 303, de 23 de junho de 2005	Dispõe sobre a autorização para o Enfermeiro assumir a coordenação como Responsável Técnico do Plano de gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS.	Todos.	DOU 23/06/2005
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	e Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005 ³	Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.	Art. 5º; art. 6º; art. 11.	DOU 30/08/2005

2 Revogação parcial pela [Resolução nº 1.059, de 28/10/2014](#).

3 Suspensão de aplicabilidade, nos termos da [Resolução nº 1.072, de 18/12/2015](#).

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Conselho Federal de Engenharia Agronomia	de e Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005 ⁴	Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.	ANEXO II: Preâmbulo, §§ 10 e 11.	DOU 19/12/2006
Conselho Federal de Engenharia Agronomia	de e Resolução nº 492, de 30 de junho de 2006	Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro hídrico e discrimina suas atividades profissionais.	Todos.	DOU 14/07/2006
Conselho Federal de Engenharia Agronomia	de e Resolução nº 493, de 30 de junho de 2006	Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro de aquícultura e discrimina suas atividades profissionais.	Todos.	DOU 14/07/2006
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 115, de 12 de maio de 2007	Dispõe sobre a Inscrição, Registro, Cancelamento e Licença de Pessoas Jurídicas e a concessão de Certidão de Termo de Responsabilidade Técnica - TRT.	Art. 3º; art. 17; art. 18; art. 19.	DOU 18/05/2007
Conselho Federal de Farmácia	de Resolução nº 481, de 25 de junho de 2008	Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico nas atividades de meio ambiente, segurança no trabalho, saúde ocupacional e responsabilidade social, respeitadas as atividades afins com outras profissões.	Todos.	DOU 02/07/2008
Brasil. Poder Executivo	Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	Art. 62, XVII; art. 76; art. 81; art. 82.	DOU 23/07/2008
Conselho Federal de Farmácia	de Resolução nº 494, de 26 de novembro de 2008	Substitui a Cédula de Identidade profissional do farmacêutico e não-farmacêutico, institui a Certidão de Regularidade Técnica e estabelece itens de segurança na Carteira de Identidade Profissional.	Art. 1º; art. 4º.	DOU 17/12/2008

4 *Idem.*

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Conselho Federal de Biomedicina	Resolução nº 175, de 14 de junho de 2009	Dispõe sobre o exercício e capacidade do profissional Biomédico no controle, tratamento, e realizar análises-físico-químicas e microbiológicas de água.	Todos.	DOU 17/09/2009
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 371, de 30 de setembro de 2009	Dispõe sobre as atribuições do Administrador nas atividades do meio ambiente, respeitadas as atividades afins com outras profissões.	Todos.	DOU 07/10/2009
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.	Art. 3º.	DOU 31/12/2009
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 373, de 12 de novembro de 2009 ⁵	Aprova o registro profissional nos Conselhos Regionais de Administração dos diplomados em curso superior de Administração.	Todos.	DOU 13/11/2009
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 374, de 12 de novembro de 2009	Aprova o registro profissional nos Conselhos Regionais de Administração dos diplomados em curso superior de Tecnologia em determinada área da Administração, oficial, oficializado ou reconhecido pelo Ministério da Educação.	Todos.	DOU 13/11/2009
Conselho Federal de Farmácia	Resolução nº 520, de 16 de dezembro de 2009	Dispõe sobre as atribuições e responsabilidade técnica do farmacêutico nos Laboratórios de Saúde Pública, bem como nos de natureza privada, que realizem análise e pareceres técnicos em alimentos, medicamentos, meio ambiente, serviços de saúde e produtos em geral.	Todos.	DOU 06/01/2010
Brasil. Poder Legislativo	Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.	Art. 3º; art. 8º, XVII, “b”; art. 13; art. 20; art. 21; art. 22; art. 23; art. 37; art. 38;	DOU 03/08/2010

5 Alterada pela [Resolução Normativa CFA nº 426, de 15 de agosto de 2012](#).

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
			art. 39.	
Conselho Federal de Biologia	Resolução CFBio nº 227, de 18 de agosto de 2010	Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Profissionais e as Áreas de Atuação do Biólogo, em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção, para efeito de fiscalização do exercício profissional.	Art. 1º; art. 2º; art. 3º; art. 4º.	DOU 19/08/2010
Brasil. Poder Executivo	Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.	Art. 55; art. 56; art. 60 a art. 70; art. 72, III.	DOU 23/12/2010
Brasil. Poder Executivo	Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010	Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.	Art. 2º, XI; art. 3º, §1º, § 3º; art. 8º; art. 24; art. 45.	DOU 31/12/2010
Conselho Federal de Economia	Resolução nº 1.852, de 28 de maio de 2011	Dispõe sobre os documentos comprobatórios do exercício profissional no âmbito do Sistema COFECON/CORECONS.	Art. 2º; art. 4º.	DOU 21/06/2011
Brasil. Poder Legislativo	Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e	Art. 7º, I.	DOU 09/12/2011

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
		da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.		
Conselho Federal de Medicina	Resolução CFM nº 1.980, de 7 de dezembro de 2011	Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas, revoga a Resolução CFM nº 1.971 , publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2011 e dá outras providências.	Anexo: art. 1º, art. 5º.	DOU 13/12/2011
Conselho Federal de Medicina	Resolução CFM nº 1.983, de 9 de fevereiro de 2012	Normatiza o CRM Digital para vigorar como cédula de identidade dos médicos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina.	Art. 1º, art. 2º.	DOU 22/03/2012
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 14, de 3 de fevereiro de 2012	Dispõe sobre a carteira profissional de arquiteto e urbanista e dá outras providências.	Art. 1º	DOU 15/02/2012
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 419, de 1º de março de 2012	Dispõe sobre a aposição obrigatória da assinatura e do número do registro no CRA, nos documentos referentes à ação profissional do Administrador e demais Profissionais de Administração.	Todos.	DOU 20/03/2012
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 18, de 2 de março de 2012	Dispõe sobre os registros definitivos e temporários de profissionais no Conselho de Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.	Art. 2º	DOU 02/04/2012
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 21, de 5 de abril de 2012	Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências.	Todos.	DOU 23/04/2012
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 35, de 5 de outubro de 2012	Dispõe sobre o registro temporário no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros, diplomados no exterior, e dá outras providências.	Art. 2º.	DOU 23/10/2012
Conselho Federal de Economia	Resolução nº 1.880, de 26 de outubro de 2012	Aprova o Normativo de Procedimentos para pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia	Normativo de procedimentos para	DOU 26/11/2012

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
		e adota outras providências.	registro de pessoas jurídicas: art. 2º.	
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 300, de 7 de dezembro de 2012	Estabelece os requisitos mínimos para o Biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outras atividades profissionais nas áreas de Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção.	Art. 1º; art. 2º.	DOU 27/12/2012
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Instrução Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013	Regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, estabelece sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA, e define os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.	Art. 1º; art. 7º.	DOU 30/01/2013
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP.	Art. 39.	DOU 11/04/2013
Conselho Federal de Farmácia	de Resolução nº 572, de 25 de abril de 2013	Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação.	Art. 1º, art. 3º.	DOU 06/05/2013
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Instrução Normativa nº 10, de 27 de maio de 2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA.	Todos.	DOU 28/05/2013

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013	Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências.	Art. 2º, IV.	DOU 17/07/2013
Conselho Federal de Farmácia	Resolução nº 577, de 25 de julho de 2013	Dispõe sobre a direção técnica ou responsabilidade técnica de empresas ou estabelecimentos que dispensam, comercializam, fornecem e distribuem produtos farmacêuticos, cosméticos e produtos para a saúde.	Art. 1º, art. 2º, art. 3º; art. 6º.	DOU 19/08/2013
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 1048, de 14 de agosto de 2013	Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.	Todos.	DOU 19/08/2013
Conselho Federal de Medicina Veterinária	Resolução nº 1041, de 13 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a inscrição, registro, cancelamento e movimentação de pessoas física e jurídica, no âmbito da Autarquia, e dá outras providências.	Art. 2º; art. 5º; art. 5º – A; art. 6º; art. 14; art. 25; art. 30; art. 31; art. 32.	DOU 10/01/2014
Conselho Federal de Medicina	Resolução CFM nº 2.056, de 20 de setembro de 2013 ⁶	Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos.	<i>Anexo II - Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil</i>	DOU 12/11/2013
Conselho Federal de Farmácia	Resolução nº 599, de 24 de julho de 2014	Dispõe sobre a área de atuação do farmacêutico conforme a respectiva formação acadêmica.	Art. 1º; art. 2º	DOU 29/07/2014

⁶ [Alterada pelo Resolução CFM nº 2.073, de 28 de março de 2014.](#)

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 450, de 15 de agosto de 2014 ⁷	Estabelece os modelos da Carteira de Identidade Profissional do Administrador e demais registrados nos CRAs, e dá outras providências.	Art. 1º.	DOU 21/08/2014
Conselho Federal de Enfermagem	Resolução nº 460, de 2 de setembro de 2014	Estabelece normas e padrões para a fabricação, expedição, utilização e controle das carteiras de identidade profissional do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem.	ANEXOS.	DOU 08/09/2014
Conselho Federal de Biologia	Resolução CFBio nº 350, de 10 de outubro de 2014	Dispõe sobre as diretrizes para a atuação do Biólogo em Licenciamento Ambiental.	Todos.	DOU 20/10/2014
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 91, de 9 de outubro de 2014	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.	Art. 1º; art. 2º; art. 3º; art. 5º.	DOU 21/10/2014
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	Resolução nº 93, de 7 de novembro de 2014	Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e dá outras providências.	Todos.	DOU 20/11/2014
Conselho Federal de Medicina Veterinária	Resolução nº 1069, de 27 de outubro de 2014	Dispõe sobre Diretrizes Gerais de Responsabilidade Técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais, e dá outras providências.	Art. 6º, VII, VIII.	DOU 12/01/2015
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Resolução nº 1.059, de 28 de outubro de 2014	Aprova os modelos de Carteira de Identidade Profissional de Carteira de Identidade Provisória e de Carteira de Identidade Temporária e revoga os Anexos II e III da Resolução nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003.	Todos	DOU 06/11/2014

⁷ [Alterada pela Resolução Normativa CFA nº 469, de 18/08/2015.](#)

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Instrução Normativa nº 21, de 23 de dezembro de 2014	Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos.	Art. 1º; art. 6º, § 3º; art. 12, Parágrafo único; art. 33.	DOU 24/12/2014
Conselho Federal de Química	Resolução Normativa nº 259, de 16 de janeiro de 2015	Define as atribuições dos profissionais que menciona e que laboram na área da Química do Meio Ambiente e do Saneamento Ambiental.	Art. 1º; art. 2º.	DOU 03/03/2015
Conselho Federal de Enfermagem	Resolução nº 475, de 19 de março de 2015	Prorroga o prazo de validade das carteiras de identidade profissional do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem emitidas até 31/12/2010 e estabelece critérios para sua renovação, e dá outras providências.	Todos.	DOU 20/03/2015
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 462, de 22 de abril de 2015	Aprova o Regulamento de Registro Profissional de Pessoas Físicas e de Registro de Pessoas Jurídicas e dá outras providências.	Todos.	DOU 06/05/2015
Conselho Federal de Administração	Resolução Normativa CFA nº 463, de 22 de abril de 2015	Aprova o Manual de Responsabilidade Técnica do Administrador.	MANUAL DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO ADMINISTRADOR E DEMAIS PROFISSIONAIS REGISTRADOS NOS CRAs: Capítulo III; Capítulo IV; Capítulo VI; Capítulo VII;	DOU 06/05/2015

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
			Capítulo IX.	
Conselho Federal de Administração	de Resolução Normativa CFA nº 464, de 22 de abril de 2015	Dispõe sobre a criação de Acervos Técnicos de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas registradas nos CRAs, por meio do Registro de Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades de Administração - RCA e dá outras providências.	Todos.	DOU 06/05/2015
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 374, de 12 de junho de 2015	Institui normas regulatórias para atuação do Biólogo na Área de Gestão Ambiental para a elaboração, execução, desenvolvimento, auditoria ambiental e outras atividades relativas à elaboração de projetos e estudos relacionados à Gestão Ambiental.	Todos.	DOU 17/06/2015
Conselho Federal de Economia	de Resolução nº 1.938, de 3 de agosto de 2015	Dispõe sobre a validade da carteira de identidade profissional do economista e dá outras providências.	Todos.	DOU 12/08/2015
Conselho Federal de Farmácia	de Resolução nº 612, de 27 de agosto de 2015	Institui a Declaração de Atividade Profissional (DAP).	Art. 1º; art. 10.	DOU 10/09/2015
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Instrução Normativa nº 15, de 21 de setembro de 2015	Acresce Ocupações, Áreas de atividades, e respectivo documento oficial de identificação ao Anexo II da Instrução Normativa nº 10, de 2013.	Todos.	DOU 22/09/2015
Conselho Federal de Medicina Veterinária	de Resolução nº 1091, de 23 de setembro de 2015	Altera as Resoluções CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e 683, de 16 de março de 2001.	Todos.	DOU 14/10/2015
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	de Resolução nº 1.067, de 25 de setembro de 2015	Fixa os critérios para cobrança de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências.	Art. 8, §§ 1º, 2º, 3º.	DOU 29/09/2015
Conselho Federal de	de Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de	Altera o Normativo de Procedimentos para Registro	Normativo de	DOU 16/12/2015

Origem	Diploma	Ementa	Dispositivos	Publicação
Economia	2015	de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia e adota outras providências.	procedimentos para registro de profissionais: art. 2º.	
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 384, de 12 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a atuação do Biólogo no Controle de Vetores e Pragas Sinantrópicas.	Art. 2º; art. 3º, XXIII; art. 4º, § 1º.	DOU 17/12/2015
Conselho Federal de Administração	de Resolução Normativa CFA nº 474, de 18 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a emissão de carteira estudantil, com registros em CRAs, para acadêmico matriculado em curso de bacharelado ou tecnologia em Administração.	Art. 8º.	DOU 22/12/2015
Conselho Federal de Enfermagem	de Resolução nº 509, de 15 de março de 2016	Atualiza a norma técnica para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do enfermeiro Responsável Técnico.	Art. 2º; art. 3º; art. 4º; art. 5º; art. 6º, § 4º.	DOU 16/03/2016
Conselho Federal de Engenharia Agronomia	de Resolução nº 1.703, de 19 de abril de 2016	Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.	Art. 5º, art. 6º; art. 7º.	DOU 22/04/2016
Conselho Federal de Biologia	de Resolução CFBio nº 409, de 10 de junho de 2016	Dispõe sobre a Instituição da Carteira de Identidade Profissional de Biólogo.	Art. 3º	DOU 15/06/2016
Conselho Federal de Engenharia Agronomia	de Resolução nº 1.076, de 5 de julho de 2016	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de energia e insere o título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.	Art. 2º	DOU 13/07/2016